



TJMG 1^a Instância – Oficial de Apoio Judicial Vivian Cristina

Estatuto do Idoso

Questão 47

Considerando-se a proteção ao idoso, descrita na Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), é INCORRETO afirmar:

A) O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Correto, Art. 70 do EI.

B) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

Correto. Art. 71, caput, EI.

C) A prioridade processual cessará com a morte do beneficiado.

Errado. Contraria o art. 71, par. 2 do EI.

D) Dentre os processos de idosos, dar-se-á prioridade especial aos maiores de oitenta anos.

Correto. Conforme art. 3, par. 2.°, incluído pela Lei n. 13.466/2017.

A meu ver, cabe recurso da questão, por dois motivos: 1.º) o artigo 3.º não constava no edital dentre os artigos que seriam cobrados do Estatuto do Idoso. 2.º) A alteração legislativa se deu após a publicação do edital, não ficando claro no mesmo que seria possível a cobrança de alterações supervenientes. Ainda que fosse possível, trata-se de artigo não previsto no edital, e, por isso, a questão deve ser anulada.

Ouestão 55

Amarildo contava com 64(sessenta e quatro) anos de idade quando foi citado para uma ação judicial. Como não tinha recursos financeiros para contratar um advogado, procurou a Defensoria Pública Estadual, que se encarregou de sua defesa. Na contestação oferecida por Amarildo, o seu defensor requereu prioridade na tramitação do seu processo. Dois anos depois de tal requerimento, Amarildo faleceu, sem que o processo ainda tivesse sido julgado. Consideradas as regras de acesso à Justiça, conferidas ao idoso pela Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) é correto afirmar que

A) o defensor de Amarildo tinha razão quando reclamou dos servidores que movimentaram, antes do dele, o processo de um idoso que contava com mais de 80 anos de idade.

Errado. Ver art. 3, par. 2.°, incluído pela Lei n. 13.466/2017.

B) a prioridade concedida a Amarildo não cessou com a sua morte, estendendo-se em favor da sua companheira, com quem tinha uma união estável, que nada data do óbito contava com 55(cinquenta e cinco) anos de idade.

Errado. Artigo 71, par. 2. do EI.

C) antes mesmo da decisão judicial sobre o requerimento de prioridade feito por Amarildo, cabia aos servidores encarregados das movimentações do seu processo, verificando que ele fez prova de sua idade, anotar essa circunstância em local visível nos autos.

Errado. Artigo 71, par. 1.º do EI.

D) a Defensoria Pública Estadual concedeu atendimento preferencial a Amarildo, observando a regra de prioridade garantida ao idoso em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

Correto. Conforme artigo 71, par. 3.º do EI.

A meu ver, cabe recurso da questão, por dois motivos: 1.º) o artigo 3.º não constava no edital dentre os artigos que seriam cobrados do Estatuto do Idoso. 2.º) A alteração legislativa se deu após a publicação do edital, não ficando claro no mesmo que seria possível a cobrança de alterações supervenientes. Ainda que fosse possível, trata-se de artigo não previsto no edital, e, por isso, a questão deve ser anulada.

Questão 65

É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância. Diante do exposto, aduz a legislação atinente à matéria, EXCETO:





TJMG 1^a Instância – Oficial de Apoio Judicial Vivian Cristina

A) A prioridade se estende aos processos e procedimentos na administração pública.

Correto. Artigo 71, par. 3.º do EI.

B) Para atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas.

Correto. Artigo 71, par. 4.º do EI.

C) A prioridade cessará com a morte do beneficiário, não se estendendo em favor de cônjuge, mesmo que este tenha mais de 60 (sessenta) anos.

Errado. Artigo 71, par. 2. do EI.

D) O interessado na obtenção da prioridade fará prova de sua idade e requererá o benefício à autoridade judiciária.

Correto. Artigo 71, par. 1.º do EI.

A meu ver, não cabe recurso da questão.

Direito Constitucional

Questão 49

Na elaboração do processo legislativo, os poderes nele envolvidos podem se valer de instrumentos previstos na Constituição Federal/1988. Dentre as alternativas abaixo, qual contém pelo menos um instrumento que NÃO se enquadra como resultado do processo legislativo constitucional?

- A) Resoluções e leis complementares.
- B) Medidas Provisórias e emendas à constituição.
- C) Decretos Legislativos e leis delegadas.
- D) Decretos e leis ordinárias.

Conforme o artigo 59 da CF/88. A meu ver, não cabe recurso da questão.

Questão 50

O nascimento de João não foi registrado pelo pai, que nunca cumpriu o seu dever de assisti-lo, criá-lo e educálo, embora a paternidade tenha sido reconhecida por decisão judicial quando ele ainda era menor. Observados os princípios constitucionais da família, do adolescente e do idoso, está correto afirmar que

A) João está obrigado a ajudar o seu pai na velhice, carência ou enfermidade.

Correto. Artigo 229 da CF/88.

B) no registro da nascimento de João deve constar que a sua filiação paterna foi reconhecida por decisão judicial.

Errado. Artigo 227, par. 6.º da CF/88.

C) a relação entre João e seu pai deve ser entendida como uma entidade familiar.

Correta? Artigo 226, par. 4.º da CF/88.

D) os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em asilos públicos.

Errado. Artigo 230, par. 1.º da CF/88.

A meu ver, cabe recurso da questão, já que, temos duas respostas corretas. Além da alternativa A, a alternativa C também está correta, conforme o artigo 226, par. 4., da CF/88. É a chamada família monoparental, que merece ser protegida como entidade familiar.

Questão 57

Todas as afirmativas a seguir referem-se ao título II, Capítulo I, da Constituição Federal/1988 (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), EXCETO:

A) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

Correto. Artigo 5.º, inciso XXXIX da CF/88.

B) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Correto. Artigo 5.°, inciso LX da CF/88.

NOÇÕES DE DIREITO



TJMG 1ª Instância – Oficial de Apoio Judicial Vivian Cristina

C) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

Errado. Artigo 8.º da CF/88 (direito coletivo do trabalhador)

D) É garantido o direito de herança.

Correto. Artigo 5.°, inciso XXX.

A meu ver, não cabe recurso da questão.

Questão 58

Na Constituição Federal/1988, na organização dos poderes

A) cada Unidade da Federação não poderá ter menos de 08 (oito) ou mais de 70 (setenta) deputados.

Correto. Artigo 45, par. 1.º da CF/88.

B) cada senador será eleito com 03 (três) suplentes.

Errado. Artigo 46, par. 3.º da CF/88.

C) cada Estado e o Distrito Federal elegerão 03 (três) senadores com 02 (dois) mandatos de 04 (quatro) anos cada.

Errado. Artigo 46, par. 1.º e 2.º da CF/88.

D) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada território e no Distrito Federal.

Errado. Artigo 45, caput da CF/88.

A meu ver, não cabe recurso da questão.

Questão 59

Conforme a Constituição Federal de 1988, o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, devendo, EXCETO:

A) Executar programas de amparo, exclusivamente, em seus lares.

Errado. Artigo 230, par. 1.º da CF/88.

B) Garantir a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos maiores de 65 anos.

Correto. Artigo 230, par. 2.º da CF/88.

C) Defender sua dignidade e bem-estar

Correto. Artigo 230, caput da CF/88.

D) Assegurar sua participação na comunidade.

Correto. Artigo 230, caput da CF/88.

A meu ver, não cabe recurso da questão.

Ouestão 60

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios, EXCETO:

- A) Solução pacífica dos conflitos.
- B) Autodeterminação dos povos.
- C) Proibição de concessão ao asilo político.
- D) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

O princípio incorreto é a da letra C. Conforme consta do artigo 4.º da CF/88, o correto seria concessão de asilo político.

A meu ver, não cabe recurso da questão.

Questão 61

No artigo 5° da Constituição Federal/1988, estão garantidos os seguintes direitos, EXCETO:

A) De propriedade.

Correto. Artigo 5.°, inciso XXII da CF/88.

B) De herança.



NOÇÕES DE DIREITO

TJMG 1^a Instância – Oficial de Apoio Judicial Vivian Cristina

Correto. Artigo 5.°, inciso XXX da CF/88. C) De livre exercício do trabalho. Correto. Artigo 5.°, inciso XIII da CF/88. D) De livre associação para fins paramilitares. Errado. Artigo 5.°, inciso XVII da CF/88.

A meu ver, não cabe recurso da questão.

ECA

Ouestão 54

A propósito do acesso à Justiça garantido à criança e ao adolescente pela Lei nº 8.069/1995 (Estatuto da Criança e do Adolescente), está correto afirmar que

A) há isenção de custas nas ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude, aos que necessitarem de assistência judiciária.

Errado. Artigo 141, par. 1.º do ECA.

B) a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional, somente pode ocorrer com o seu consentimento.

Errado. Artigo 143, caput do ECA.

C) qualquer notícia a respeito do fato que atribua autoria de ato infracional a criança ou adolescente não poderá identificá-lo, sendo vedada fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

Correto. Artigo 143, par. único do ECA.

D) é vedada a expedição de cópia ou certidão de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Errado. Artigo 144 do ECA.

A meu ver, não cabe recurso da questão.